



As mulheres do navio satélite

The women of the satellite ship

João Guilherme Rodrigues Mendonça¹
Universidade Federal de Rondônia

RESUMO O presente artigo se propõe a resgatar os rastros das mulheres que foram aprisio-
nadas em dezembro de 1910 no momento em que o presidente Hermes da Fonseca
estabelece, na capital da República, estado de sítio. Classificadas como prostitutas,
foram direcionadas, em 25 de dezembro, juntamente com outros presos, para Santo
Antônio do Madeira, local onde hoje é Porto Velho, a capital do Estado de Rondô-
nia. Temos como objetivo analisar o contexto histórico do destino final das mulheres
deportadas no Navio Satélite à Santo Antônio do Madeira. Utilizamos como méto-
do de pesquisa a pesquisa histórica com revisão de literatura a partir dos descritores:
Revolta da Chibata; Mulheres prostitutas do Navio Satélite; Santo Antônio do Ma-
deira; bem como fez-se estudo documental do 'Relatório das Condições Gerais so-
bre as condições sanitárias do Rio Madeira por Oswaldo Cruz' e 'Relatório de viagem
do comandante do Lloyd Brasileiro Satélite, Carlos Brandão Storry'. Santo Antônio
do Madeira, lugar insalubre onde a doença e a morte são presenças constantes, é
palco onde as quarenta e quatro mulheres condenadas ao desterro pelo Governo Fe-
deral, chegaram pelo Navio Satélite em fevereiro de 1911 para não mais retornarem
aos braços de suas famílias e origem na capital da República. Essas mulheres expa-

triadas e lançadas à mortesimbólica, de identidade, de brasileiras: estão mortas.

A pesquisa revela que essas 44 mulheres resgatadas em sua historicidade devem
ser reconhecidas não somente como as prostitutas detidas noRio deJaneiroe
expatriadas eproscritaspara o Infer no Verde, mas também, como mulheres bra-
sileiras, que se estabelecem como sobreviventes vitimadas à morte pelo Presidente
da República Hermes da Fonseca porque são pioneiras destemidas na formação do
povo da localidade que, hoje, conhecemos como a cidade de Porto Velho.
Palavras-chaves: Revolta da Chibata; Prostitutas do Navio Satélite; Santo Antônio
do Madeira.

¹ Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Rondônia - UNIR

ABSTRACT This article aims to trace the footsteps of the women who were imprisoned in December 1910 when President Hermes da Fonseca declared a state of siege in the capital of the Republic. Classified as prostitutes, they were directed, on December 25, along with other prisoners, to Santo Antônio do Madeira, a place that is now Porto Velho, the capital of the State of Rondônia. Our objective is to analyze the historical context of the final destination of the women deported on the Navio Satélite to Santo Antônio do Madeira. We used historical research as our research method, with a literature review based on the descriptors: Revolt of the Whip; Prostituted Women of the Satellite Ship; Santo Antônio do Madeira; as well as a documentary study of the 'General Conditions Report on the sanitary conditions of the Madeira River by Oswaldo Cruz' and the 'Travel Report of the commander of the Lloyd Brasileiro Satellite, Carlos Brandão Storry.' Santo Antônio do Madeira, an unhealthy place where disease and death are constant presences, is the stage where the forty-four women condemned to exile by the Federal Government arrived on the ship Satellite in February 1911 to never return to the arms of their families and origins in the capital of the Republic. These expatriated women, cast into symbolic death, of identity, of being Brazilian: they are dead. The research reveals that these 44 women, rescued in their historicity, should be recognized not only as the prostitutes detained in Rio de Janeiro and expatriated and proscribed to the Green Hell, but also as Brazilian women who establish themselves as survivors victimized by death by President Hermes da Fonseca because they are fearless pioneers in the formation of the people of the locality we now know as the city of Porto Velho. **Keywords:** Revolt of the Whip; Prostitutes of the Satellite Ship; Santo Antônio do Madeira.

INTRODUÇÃO

O presente artigo segue os rastros das mulheres, que foram aprisionadas em dezembro de 1910, quando o presidente Hermes da Fonseca estabeleceu, na capital da República, o estado de sítio. Identificadas como prostitutas foram direcionadas em 25 de dezembro juntamente com outros presos para Santo Antônio do Madeira, local onde hoje é Porto Velho, a capital do Estado de Rondônia, em um Navio de nome Satélite. Estabelecemos como problema de pesquisa a ausência de registros das condenadas pelo governo Hermes da Fonseca em dezembro de 1910 na capital da República das mulheres e deportadas para Santo Antônio do Madeira. Objetivamos analisar o contexto histórico do destino final das mulheres deportadas no Navio Satélite à Santo Antônio do Madeira. Para este trabalho, utilizamos como método a pesquisa histórica. Fez-se revisão de literatura a partir dos descritores da Revolta da Chibata, Mulheres prostitutas do Navio Satélite, Santo Antônio do Madeira, bem como fez-se estudo documental do Relatório das Condições Gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira por Oswaldo Cruz e Relatório de viagem do comandante do Lloyd Brasileiro Satellite, Carlos Brandão Storry.

As diferentes obras utilizadas do acervo do professor Dante Ribeiro da Fonseca, nos arquivos da AMERON, enriqueceram fundamentalmente na compreensão histórica de todo o texto do presente artigo.

DA REVOLTA DA CHIBATA A PRISÕES DE MARINHEIROS, MULHERES E OUTROS RENEGADOS NA CAPITAL DO BRASIL EM 1910 E A CONDUÇÃO PARA SANTO ANTÔNIO DO MADEIRA

A Revolta da Chibata ou dos Marinheiros ocorre em 22 de novembro de 1910, na Capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, como resposta de marinheiros brasileiros, em sua maioria negros, ao que era à época medida de disciplinamento e correção de faltas cometidas, utilizando-se, aos infratores, de açoitação diante da tropa. Medidas essas que representavam ainda reminiscência da escravidão. Nesse cenário de punições corporais, somados a necessidade de melhorias das condições de trabalho e também a reivindicação de um soldo melhor, sob comando do marinheiro João Candi-do, criou-se um motim em que se utilizaram de encouraçados (*Minas, São Paulo, Bahia e Deodoro*) como ameaça de ataque direto à capital da República.

O desdobramento fatídico dessa empreitada resultará, em dezembro desse ano, na deportação, pelo governo brasileiro para Santo Antônio do Madeira², de marinheiros, simpatizantes dos marinheiros, que se revoltaram pelos castigos de chibatadas nos navios da Marinha Brasileira, ao mesmo tempo que todos indivíduos que representassem algum dissabor à segurança, na interpretação da polícia. Todos foram deportados da Capital para o que representava o mais longínquo lugar da federação e de possibilidades remotas de retorno pela distância, impunidade e doenças como a malária.

A Marinha, nessa época, herança ainda do Império, despontava como a elite das forças armadas e era conduzida por oficiais de camadas elevadas da sociedade brasileira. Nossa instituição militar naval mantinha uma tripulação em condições de extrema discrepância social, constituída de ex-escravos ou filhos de escravos, portanto, de uma maioria de negros, remanescentes da escravidão que eram recrutados sem critérios, como bem esclarece Morel: “Pelo próprio recrutamento dos marinheiros e inferiores, vinha para bordo o rebotalho dos centros urbanos, o lumpen mais desprezível, sem preparo de espécie alguma”. (MOREL, 1979, p.13).

² Território que hoje faz parte da cidade de PORTO VELHO/RO.

Morel (1979) caracteriza a tripulação da marinha como sendo aqueles que vi- viam a margem da sociedade e que não poderiam ascender dentro do trabalho na Ma- rinha, reproduzindo aprisionamento forçado por pelo menos 15 anos na Instituição.

Com o levante, os marinheiros tomam posse dos navios de guerra de poten- cial de fogo mais ofensivo (*Minas, São Paulo, Bahia e Deodoro*) que o Brasil dispunha, com o firme propósito e determinação de abolir os castigos físicos via chibatadas.

O levante incorreu em mortes de oficiais nos navios tomados pelos revol- tosos e de civis quando atiraram para o litoral. Com esse poder de fogo nas mãos desses marinheiros comandados por João Cândido, a capital da República viu-se ameaçada e o governo não teve como outra saída, no momento, se não, a anistia dos rebeldes, com a aprovação anunciadas dos pleitos pretendidos pelos insurgentes.

O governo responde às solicitações dos insubordinados com aprovação de proposta de anistia debelando assim a revolta. Mas, em 09 de dezembro, os revoltos são acusados de uma nova rebelião, sendo presos na Ilha das Cobras.

Após a anistia aos marinheiros rebeldes, não seria mais concebido suas permanências junto a Marinha, e, muitos destes que já queriam suas baixas, foram incentivados a retornar aos seus estados. Então, com o propósito de minimizar a va- gabundagem e o crime, com a dispensa dos marinheiros, fora pensado em incluí-los em outras frentes de trabalho como nas construtoras das Estradas de Ferro S. Paulo e Rio Grande do Sul, a Noroeste do Brasil e a *Madeira Mamoré*³, no Norte do Brasil. Todavia, os gestores dessas empresas não queriam absorver essa massa de homens. (RUI BARBOSA, TOMO III, 1914).

Frustrada essa tentativa de trabalho, o Ministro da Marinha garantiu as pas- sagens de retorno aos Estados a todos que não quisessem permanecer na Capital; Essa atitude gerou o que foi considerado o segundo levante e, assim, todos esses rebeldes foram condenados ao degredo no Acre.

A capital da República, o Rio de Janeiro, estava nesse momento em estado de sítio, o que favoreceu, por parte do Governo Federal, diversas prisões direcionadas a outros infratores pela polícia. Além dos marinheiros considerados insubordinados e simpatizantes do levante de 22 de novembro, vagabundos, os que foram conside- rados desordeiros e mulheres meretrizes foram detidos (RUI BARBOSA, TOMO

III, 1914)
3 Grifo nosso.

Rui Barbosa resume o que efervescia as forças policiais, considerando-se amparados pelo estado de sítio, exercendo uma polícia de ‘limpeza’ da Capital a todos aqueles que não eram reconhecidos como cidadãos. (RUI BARBOSA, TOMO I, 1911).

Essas ações de prisão se reverterem em condenação ao exílio imposto para ser cumprido no estado do Acre. Esse banimento de ação rápida revela o interesse de que a justiça comum não se manifeste, de modo que prevaleça no ‘Inferno Verde’⁴ da Amazônia, o exílio. Rui Barbosa identifica esse propósito nas prisões o de condenar à morte, em um lugar reconhecidamente hostil à sobrevivência, a Amazônia, pelas doenças da região e a insalubridade já reconhecida na vila para onde serão direcionados todos esses aprisionados, que é Santo Antônio do Madeira. Rui Barbosa (TOMO I, 1911) ao referir-se à ‘caridade’ do Governo e a ‘benfazeja’ região do Amazonas ao desterrar mendigos na Capital, revela sua ironia do que via como abuso de poder.

Em 24 de dezembro de 1910, todos os aprisionados: marinheiros, simpatizantes dos revoltosos, mendigos, prostitutas, desocupados foram acomodados ou lançados em porão do navio Satéllite com destino a Santo Antônio do Madeira. Esse foi o modo definido pelo Governo Federal para se ver livre da presença incômoda desses presos, encaminhando-os para a Amazônia, em direção ao Acre, considerado a Sibéria Tropical, lugar longínquo, também chamado de sertão amazônico. O que restará para esses homens em Santo Antônio e Porto Velho será um trabalho análogo a escravidão, agora longe da Capital e vivendo as arbitrariedades de suas vidas controladas e legisladas na Amazônia pela Comissão de Telégrafo de Rondon, Gestores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, comerciantes e seringueiros que em suas terras tinham poder de polícia.

Morel (1979) refere-se ao Navio Satéllite como “qualquer coisa monstruosa”, por transportar secretamente uma “desgraçada carga humana” com destino a Santo Antônio do Madeira e linha Telegráfica em construção pela Comissão Cândido Rondon. Ele se refere a 293 homens (modestos operários e servidores públicos, simpatizantes de João Cândido); 66 marinheiros recolhidos do Quartel do Exército; 31 do Quartel do 1º Regimento de Infantaria; 07 marinheiros livres, elementos da polícia que estavam encarregados de promover um levante para execução em massa; 45 mulheres advindas da Casa de Detenção. Já o Comandante do Navio Satéllite, 4 Referência a obra de RANGEL, Alberto. **Inferno verde (scenas e cenários do Amazonas)**. 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927. A obra literária de Albert Rangel denuncia a realidade amazônica distanciada de uma visão paradisíaca em contraponto a assustadora realidade que é explorá-la e desafiá-la.

Carlos Brandão Storry (1911) descreve em seu relatório como sendo: “105 ex-marinheiros, 292 vagabundos, 44 mulheres e 50 praças do Exército comandados pelos 2º tenentes do Exército Francisco de Melo, João da Silva Leal e Libânio Augusto da Cunha Matos”. (MOREL, 1979, p.163,166).

Rui Barbosa (TOMO I, 1911, p. 27), em seu discurso no senado, explora as contradições dos números dos desterrados: “A mensagem reduziu o número de desterrados para o Acre a 400; não quero insistir positivamente neste ponto, mas a imprensa desta capital, naquele tempo, elevou número até 750. O *Correio da Manhã* disse – 700 homens e 50 mulheres”. Este senador em várias sessões sistematizará sua fala no parlamento, com indignação e perplexidade dos episódios de violência do Estado na traição da anistia e também do exílio submetido a todos esses aprisionados, e amparado pelo que fora relatado em carta enviada de Booz Belfort de Oliveira - Auxiliar de Serviços Sanitários na Comissão Rondon e testemunho da chegada do Navio Satéllite com o desembarque dos desterrados em Santo Antônio. (RUI BARBOSA, TOMO I, 1911).

BREVE HISTÓRICO DE SANTO ANTÔNIO DO MADEIRA

Como local de entreposto, o vilarejo de Santo Antônio do Madeira, ponto inicial das primeiras cachoeiras do rio Madeira até Guajará-Mirim, representou o local ideal para viabilizar transporte e escoamento das produções da região. Todavia, seguir por dezenas de cachoeiras ao longo do rio Madeira com esse propósito de ecoar as produções representava perigo e riscos nas travessias o que ceifava a vida de inúmeros aventureiros, comerciantes, atravessadores etc. Seria preciso facilitar esse comércio, expandi-lo internacionalmente, integrando-o com o mundo o escoamento de preciosas matérias primas como a borracha e importar todo tipo de manufaturados, equipamentos, gêneros alimentícios etc. O caminho encontrado foi o de construir uma ferrovia ao longo do rio Madeira entre o primeiro trecho encachoeirado de Santo Antônio até a divisa com a Bolívia em Guajará-mirim.

Santo Antônio, durante o século XX, viu-se em contraste em seu cotidiano. Por um lado, desde o século anterior (XIX), se tornara referência e local obrigatório de passagem entre o Brasil e Bolívia, experimentando grande atividade extrativista e comercial. Fonseca apud Coimbra (2025, p.71) revela que, já na última década do século XIX, a “atividade de transporte que sustentava o escasso povoamento do local

intensificara-se de maneira que outro viajante da mesma época constatava a existência de quatro mil pessoas no povoado no período de transporte de produção gomífera”.

Segundo Lima (2012a, p. 73), foi necessário encontrar um local adequado para o início da ferrovia e a construção do porto: “foi solucionada pela escolha do Ponto Velho, situado a sete quilômetros abaixo da Cachoeira de Santo Antônio, indicado (1883) no projeto do engenheiro Carlos Alberto Morsing de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré”. Catanhede (1950) apresenta, como argumentos para essa mudança, um povoado considerado muito doentio em Santo Antônio do Madeira e a dificuldade para atracação dos navios, sendo alguns desses de grande calado.

Santo Antônio testemunhou acentuada movimentação ao longo do século XIX, estendendo-se ao início do século XX, compreendendo seu ápice quando foi estabelecido no ano de 1912, como município, comarca e vila. Olivar (2015) em sua obra *‘A cidade que não existe mais’*, toda ela destinada ao que foi e representou Santo Antônio⁵, apresenta a cidade ampliada e melhorada em sua urbanidade nos primeiros anos de sua constituição. Toda a movimentação fluvial e de comércio vai sendo transferida para este novo entreposto, Porto Velho, levando Santo Antônio ao abandono e ruína.

SANTO ANTÔNIO DO MADEIRA EM 1911 – DESTINO FINAL DOS DESTERRADOS DO NAVIO SATÉLLITE

Como local de entreposto comercial na região, dedicada à atividade extrativista, Santo Antônio não avançava em sua urbanidade civilizatória de pequena população. Silva (2010), ao citar Kravigny, compreende Santo Antônio como “um vilarejo típico de fronteira com cerca de 200 pessoas, com todos os vícios e doenças inomináveis que pareciam prosperar ainda melhor aqui nos trópicos”. A visão desse lugar por quem conheceu, nessa época, é de desatino. Um exemplo dessa impressão é verificado nas palavras de Cândido Mariano da Silva Rondon, em seu ‘Relatório Geral dos Telégrafos e Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra: estudos e reconhecimentos’, quando em 31 de dezembro de 1909, as seis horas da manhã avista o povoado:

⁵ Santo Antônio deixa de existir como cidade a partir do ano de 1945, e é incorporado ao município de Porto Velho.

Santo Antônio tem aspecto tristonho, feio; as suas ruas estão acumuladas sobre um outeiro, a cavaleiro do porto. São tão sujas, tão sem hygiene que admira não haver maior mortandade nesse accumulo de habitantes aventureiros e viciosos, sem regras de moral. (...) Sem esgoto, sem água e sem hygiene, o lixo se amontoa por toda a parte; a podridão exhala em todas as direcções. As poucas rezes abatidas para alimentação dessa gente bastarda, o são em qualquer parte da rua, onde são esfoladas, esquartejadas, sendo as fezes, a cabeça e o resto, deixados no mesmo lugar á sanha de cães e dos abutres. A cousa mais notavel dessa villa é não haver crianças no lugar. As poucas que para alli são levadas definham fatalmente, como planta exotica que fenece ao calor terrível da zona tropical. Os gêneros de primeira necessidade são vendidos por preço exorbitante e uma galinha atinge o preço fabuloso de 20\$000. O principal gênero de negócio dessa aldeia é a bebida alcoólica. (RONDON, 1909, p.337)

A visão de abandono, pobreza e de ausência de controle e administração pública, no relato de Rondon, era compreensão equânime à época de quem conhecesse Santo Antônio. Apesar de um fluxo de comerciantes grande, o lugar contava com número reduzido de habitantes e com alto índice de doenças e mortes que contribuíam para propagação e a fama de um lugar sem crianças. Encontramos paralelo as observações de Rondon com o que consta no relatório de Oswaldo Cruz quando esteve em Santo Antônio por ocasião do trabalho desenvolvido em 1910 na Madeira-Mamoré Railway Company:

Nada do que se observa no Madeira, mesmo na região das cachoeiras, se pode comparar com o que se passa na vila de Santo Antônio do Madeira e que toca às raias de inverossímil em questão de insalubridade. (...) A vila não tem esgotos, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados às ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas às paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas da chuva e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, a carabina, e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, cascos etc., são abandonados no próprio local em que foi a rês sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações e o fétido que se desprende é indescritível. Sobre os organismos que vivem em tal meio o impaludismo faz as maiores devastações que se conhecem. A população infantil não existe e as poucas crianças que se veem tem vida por tempo curto. Não se conhecem entre os habitantes de Santo Antônio pessoas nascidas no local: essas morrem todas. Sem o mínimo de exagero, pode-se afirmar que toda a população de Santo Antônio está infetada pelo impaludismo. Acresce ainda a dificuldade da vida nessa vila. (CRUZ, 1910, p. 09-10).

Santo Antônio, na ocasião da chegada do navio Satélite, tem sua avaliação sanitária desempenhada pelo sanitarista Oswaldo Cruz que descreve a região onde “que toca às raias de inverossímil em questão de insalubridade” (CRUZ, 1910, p. 09). Cruz encontrou as seguintes moléstias: impaludismos, febre hemoglobinúrica, beribéri, disenteria, ancilostomose, pneumonia, impaludismo. O impaludismo em Santo Antônio era uma calamidade na saúde da população que ali vivia de tal modo que Cruz registrou que “a região está de modo infectada que sua população não tem noção do que seja o estado hígido e para ela a condição de ser enfermo constitui a normalidade”. (CRUZ, 1910, p. 32). Para Cruz, a Amazônia, no início do século XX, dada a alta disseminação do impaludismo, rotula a região como um ‘matadouro humano’.

Os relatos de Rondon e Cruz destacam a insalubridade, a sujeira do lugar, reforçando a ideia de um território não projetado a prosperar e se fixar nesse contexto amazônico. Santo Antônio, por representar de fato um lugar de entreposto comercial, de paragem para seguir viagem para outros destinos de transações comerciais, concomitante às doenças pelo lugar encachoeirado e de fácil proliferação de anofelinos, materializa o desleixo com o espaço e, provavelmente, entre as próprias pessoas. Nesse contexto relacional, a transitoriedade do lugar materializa também a transitoriedade das relações, o que responderia a constatação no relato recorrente de prostituição e consumo de álcool. Outro aspecto relevante a destacar era que a impermanência no lugar de modo duradouro, constituiria em voláteis as relações.

A estrutura do lugar, até esse ano, 1911, ainda está permeado de acefalia do poder público, e apenas será alavancado em melhorias a partir do ano seguinte, 1912, quando o vilarejo se tornará município de Santo Antônio, sob a administração do médico Joaquim Augusto Tanajura (que é chefe do serviço de saúde da Comissão Rondon entre os anos de 1909 e 1912), que irá assumir a intendência de Santo Antônio, o correlato ao que chamamos de prefeito. A administração tentará reverter toda essa imagem de um lugar sem criança, promovendo políticas de saneamento e cuidados com as doenças endêmicas e dando sistematização organizacional ao município recém criado.

O ano de 1911 é o retrato da insalubridade e encontrará, na descrição de Lobato Filho, que em Santo Antônio do Madeira esteve a trabalhar na abertura da linha telegráfica no ano de 1910, como um lugar funesto, marcado por doenças, sem os confortos de uma conhecida civilidade na higiene, segurança, saúde e do alcoolismo como marca de sobrevivência. Para Lobato Filho, além das questões sanitárias conhecidas, Santo Antônio parece representar uma terra sem lei, despolicuada, fato esse

também testemunhado por Booz Belfort de Oliveira - Auxiliar de Serviços Sanitários na Comissão Rondon, que em sua carta enviada para Rui Barbosa diz: “Ali impera o cinismo, o crime, o contrabando e todas as misérias da humanidade têm couto ali”. O cenário descrito por quem viveu e em Santo Antônio esteve, nessa primeira década do século XX, remete a um cenário de *Far West*, todavia, em condições de um desgoverno, rudeza e falta de civilidade, que se distancia da descrição por Moraes (1936) ao referir-se a Porto Velho.

Ferreira (2005) apud Tomlinson, escritor que também conhecera Santo Antônio, descreve assim esse vilarejo:

“... situada cerca de sete quilômetros distante de Porto Velho, rio acima, e onde se situa a primeira cachoeira do rio Madeira. Santo Antônio fora sempre um local de poucos habitantes e onde descansavam os viajantes e negociantes que subiam ou desciam o rio. Mas agora, com a construção da ferrovia, crescera repentinamente. Era também um local de negociantes, aventureiros, jogadores, prostitutas, e aonde iam divertir-se os homens da construção”. (FERREIRA, 2005, p.262)

“Como todos os povoados e vilas amazônicos, Santo Antônio aparece nessa selva como um núcleo humano tão solitário como um navio perdido no meio do oceano; algumas luzes e algumas vozes na escura e selvagem vastidão. (...) A vila tem uma única rua. (...) A rua estava quase deserta quando entramos nela. (...) Daí porque ao vaguearmos por essa

única rua, algumas raparigas morenas surgiam nas portas das suas casas, vestidas com vaporosas e perfumadas musselinas, com flores vermelhas nos cabelos pretos e brilhantes, e seus olhos alegres postos em nós com grande interesse.” (FERREIRA, 2005, p.263)

Santo Antônio torna-se município quando a ferrovia Madeira - Mamoré inaugura o trecho final de sua instalação em Guajará - Mimim, concluída em 1912; e Porto do Velho mobiliza em seu território, todo o interesse de uma pujante cidade em gestação. Historicamente, Santo Antônio sempre representou lugar de ameaça à manutenção da vida, palco de inúmeras mortes provocadas por doenças como a malária e febre amarela, e convivendo com a ascensão de Porto do Velho, viu aos poucos seus habitantes migrarem para esse novo lugar.

AS MULHERES DO NAVIO SATÉLLITE⁶ DESPEJADAS EM SANTO ANTÔNIO DO MADEIRA



Correio da manhã – 1911

Santo Antônio do Madeira revela-se, com a chegada do Navio Satélite, um local inóspito e com evidentes sinais de decadência. Ferreira (2005, p.255), ao retratar as memórias registradas por Kravigny, em fins de 1909, que havia trabalhado na construção da Ferrovia Madeira Mamoré, descrevendo Santo Antônio com uma população de duzentas pessoas com vícios e doenças inomináveis: “Estava Santo Antônio praticamente de quarentena, desde que ninguém do pessoal ferroviário admitia ir lá, exceto a negócios. Mas havia muitos casos de complacência, pois *vinho, mulheres e música* cobravam pesados tributos por umas poucas horas de prazer”.

Este é o cenário do destino final dos deportados do governo Hermes da Fonseca com o estado de sítio imposto na capital da república Rio de Janeiro e Niterói no propósito de restabelecer a ordem, após eclodir a insurreição de marinheiros no Batalhão Naval na Ilha das Cobras em 9 de dezembro de 1910, passados pouco dias da finalização e anistia aos revoltosos da Revolta da Chibata.

Os marinheiros negros em sua maioria, revoltosos com a escravidão vivida na marinha brasileira queriam antes o direito à liberdade de seus corpos e enquanto cidadãos brasileiros, de serem respeitados no exercício de seu trabalho. A recente conquista da anistia (Revolta da Chibata) permitiu que o poder público visse com o levante dos marinheiros da Ilha das Cobras, em dezembro, que os termos da conquista da revolta da Chibata revelaram por parte das autoridades, o preconceito escondido e a discriminação não somente a questão de cor de pele, mas também outros aspectos análogos à sujeira social como a mendicância e a prostituição.

⁶ NAVIO SATÉLLITE - 41º navio da frota do Lloyd, construído por Blackwood & Gordon, em Port Glasgow, em 1890, para a Companhia de Estradas de Ferro e Navegação do Norte do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Esta Companhia foi integrada no Lloyd em 1885, mas o navio foi apenas utilizado a partir de 1899. Em 1927 desaparece dos registros. Era pequeno arqueando 1.412 tons.

Tal qual Euclides da Cunha (2006, p. 49) já apontava a Amazônia como lugar “vastíssima, despovoada, quase ignota” como local de destino para o que se considerava pelo poder público flagelos de cidadãos brasileiros fracos, inúteis, doentes, famintos e as populações vítimas das grandes secas do Norte, “abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte”. São o que Euclides da Cunha denomina de expatriados dentro da própria pátria. A instalação do Estado de Sítio pelo presidente da República Marechal Hermes da Fonseca representou a oportunidade perfeita para ‘limpar’ a capital desses indesejados e proscritos da marinha que se rebelaram e todos que o poder público identificou como vagabundos e prostitutas, os simpatizantes da causa dos revoltosos da marinha, e também todo tipo de indivíduo ‘incômodo’.

Todos os degredados vivenciaram condições extremamente adversas ao serem condenados e conduzidos à Amazônia. Ressaltamos, dentre estes, as mulheres prostitutas, que não viram seus direitos respeitados como pessoa e foram destituídas do comando da própria vida, oficialmente condenadas ao desterro, ao distanciamento de seu lugar, abandonadas na Amazônia, mais precisamente nas barrancas do rio Madeira em Santo Antônio do Madeira. Em 1910, vamos testemunhar o saneamento das mulheres prostitutas da Capital da República, expatriadas dentro da própria pátria; são deportadas de forma sumária para Santo Antônio do Madeira.

O castigo infligido a estes desterrados tiveram alguns oficialmente a sentença de morte rápida ainda no deslocamento da Capital da república para a Amazônia dentro do Navio Satélite, outros seriam assassinados em terra firme, mas as condições como já apontadas de onde seriam deportados representaria de todo modo, a mesma condição daqueles assassinados, a morte. Alguns desterrados foram escolhidos para trabalhar na instalação das linhas telegráficas comandado por Rondon e outros também foram direcionados a serem escolhidos por seringalistas como mão de obra barata. Esses puderam vislumbrar condições mais favoráveis ao prolongamento de suas vidas; comerciantes também negociavam alguns desses deportados, muitos não foram escolhidos e também não há registros oficiais de seus destinos. O que restará para esses homens em Santo Antônio e Porto Velho será um trabalho análogo à escravidão, agora longe da Capital da República e vivendo sem o controle de suas vidas.

A condição proscrita desses enjeitados pelo Governo Federal esteve vocacionada na garantia da morte por doenças, principalmente a malária e também

ao controle e a justiça que não raro era decidido por seringueiros, comerciantes que tinham em suas terras poderes de polícia; uma *Far West* conhecida por quem ali vivia. Podemos considerar nesse contexto que o que subjaz é, que a história de suas vidas se apagasse.

Em 30 de maio de 1911, Booz Belfort de Oliveira (RUI BARBOSA, 01/08/1911, p.154) escreve carta endereçada ao senador da República Rui Barbosa descrevendo o que testemunhou com a chegada do Navio Satélite e os degredados. Ao adentrar ao Navio Satélite ancorado em Santo Antônio retrata que os expatriados estavam:

... numa clausura de quarenta e um dias, sem verem a luz do sol, sob o régimen de alimentação forçada, num ambiente mefítico, como sardinhas em tigela! A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os porões foram abertos, e, à luz de um amazonense, os quatrocentos desgraçados foram guindados, como qualquer cousa, menos corpos humanos, e lançados ao barranco dório. Eram fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas, e nuas como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfrangalhadas deixaram ver todo o corpo. As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas.

Silva (2001, p.70-71) amplia o contorno da chegada das mulheres do Navio Satélite retratando o igualitário modo de retirada dos homens também dirigido a elas:

As mulheres fora reservado idêntico tratamento. Guinchadas tal qual fardos, malvestidas em simples e esfarrapadas camisas internas, mostravam a nudez maltratada pela sujeira, pela magreza e palor deslavado. Desgrenhadas e exalando forte odor desagradável, desestimulavam qualquer pretensão voluptuosa que pudesse arder na mente daqueles forçados celibatários que era os seringueiros, soldados e ferroviários daqueles confins de então.

Ao desembarcarem, um verdadeiro comércio onde os degredados eram as mercadorias a serem negociadas e a presença de curiosos testemunhavam a condição objetual que esses brasileiros vivenciaram. Silva (2001, p.71) descreve assim: “Finalmente os seringalistas escolheram uns duzentos homens que lhes pareceram em melhores condições físicas; quanto ao resto, inclusive as mulheres, foram levados para o acampamento do pessoal do Coronel Rondon”.

Bouzas (1950, p.56), morador de Santo Antônio, na sequência de sua narrativa ao descrever a exaustão com que essas mulheres desembarcaram refere-se que “ali mesmo no campo de distribuição” duas prostitutas estariam livres de serem comercializadas ou direcionadas a outro destino. Uma mulher de nome Angelina

recebeu um telegrama do Rio de Janeiro para seu retorno e o envio de dinheiro para esse intento. “A mulher, chorando de alegria, abraçou outra companheira e lhe disse que o dinheiro estava pronto para ambas e que retornariam juntas no primeiro navio. A adversidade não havia diminuído o sentimento de amizade naquela criatura”. Exceção de oportunidade de reconstrução de vida dada ao futuro dessas duas mulheres, o direcionamento conduzido as demais foi de serem conduzidas ao acampamento do pessoal do Coronel Rondon. A referência do que se passa a partir do deslocamento até ao acampamento, e o dia seguinte é descrito na obra da *Cibibata ao Inferno* de Amizael Gomes da Silva (2001), a partir de suas pesquisas e, particularmente possível, por ter registrado relatos de quem viveu aquele momento. Silva refere-se particularmente ao Sr. Baía que trabalhava na Seção Norte, contribuindo com detalhes do que foi a chegada e saída das mulheres no acampamento. Silva descreve que ao anoitecer, após caminhada descalças na mata, chega ao acampamento onde puderam alimentar-se: “Comeram sofregamente, sem a lembrança do asseio. A fome era muito grande” (SILVA, 2001, p.78). Elas, as mulheres, à noite são direcionadas ao banho no leito de um igarapé: “O sabão e a água iniciaram verdadeiro milagre naquelas figuras desprezíveis até então” (SILVA, 2001, p.79).

Silva ao descrever as mulheres do Satéllite, no momento de seu asseio, à beira de um igarapé, após quarenta e um dias em um lugar representativo de calabouço no navio que a transportaram, como bem descreve Belfort, “uma lata de sardinha”; o que deveria representar a realização de um direito e representatividade de dignidade mínima; esse autor retrata-as de modo objetual, qualificando-as e enxergando-as em seus atributos femininos e de expressão de desejos distanciando-se da humanidade da mulher que eram:

A forte claridade da lua permitia a visão nítida dos contornos anatómicos daquela gente, pelos diaristas do Cel. Rondon que logo iniciaram descobrir beleza naquele quadro onde a prata da lua refletia na superfície corrente, matizada com o rubro das morenas e o castanho-claro das cabelereiras das mulheres claras agora nuas e lavadas. (SILVA, 2001, p.79).

Silva (2001), em sua obra, não apresenta objetivamente detalhes se o comandante Matos Costa havia reservado acomodação específica para as mulheres do Navio Satéllite, ao contrário, retrata como único direcionamento do mesmo a ordem e o silêncio após as vinte e duas horas e, deixa evidente com o silêncio e o não direcionamento de condutas a serem efetivadas com as detentas, que as mesmas estavam entregues à própria sorte, nesta noite. O que provavelmente se evidenciaria

em seguida, seria assédio e abuso pelos homens desse acampamento: “...quando os observadores da anatomia feminina, já tocados pela luxúria e pretensões libidinosas, achegaram-se mais, bondosamente, oferecendo algum agasalho àquelas mulheres...”.

É possível conjecturar, a partir de todos os testemunhos já mencionados, que após quarenta e um dias de deslocamento enclausuradas no navio, com condições inóspitas para sobreviver, que essas mulheres estavam enfraquecidas, depauperadas, assustadas, com fome, doentes, desassistidas e sobretudo desprotegidas pelo Estado Brasileiro, quem seria o responsável por sua segurança. É possível conjecturar ainda que sob essas condições elas não tiveram a opção de negar a luxúria que se anunciava, nesse contexto, a melhor definição é de que foram sumariamente violentadas onde deveriam ter o ‘braço forte’ da justiça. Elas precisavam sobreviver.

Em outra parte de sua obra, Silva apresenta indícios contundentes de que essas conjecturas se efetivaram na realidade. Ele lembra trecho da carta de Belfort a Rui Barbosa quando do desembarque das mulheres nas barrancas do rio Madeira: “... foram postas para fora e, como lobas famintas, entregaram-se à prostituição, para o sustento do corpo, e a estas horas talvez não subsista nenhuma”; para dizer que Belfort estava enganado de que as mesmas estavam mortas, pois, no relato do Sr. Baía que viveu o momento com elas, descreve:

... o velho Baía, que rastreara aquelas mulheres ali em Santo Antônio até mesmo pelos momentos deleitosos que tivera naquela noite de fevereiro, quando, ao contrário do que dissera Belfort, os diaristas de Rondon caíram como lobos famintos sobre elas... (Silva, 2001, p.80)

Condenadas pelo presidente da república Hermes da Fonseca ao exílio na própria pátria em Santo Antônio do Madeira, na Amazônia, no Inferno Verde, encontramos no Relatório de viagem do Navio Satélite do Comandante Carlos Brandão Storry (1911) que havia destino para as quarenta e quatro detentas: vinte e uma foram direcionadas para as Linhas Telegráfica de Rondon; dezenove para Santo Antônio e quatro para Manaus. O desenrolar final da trajetória de viagem permite compreender que todas foram direcionadas para o acampamento da linha telegráfica de Rondon e que ao amanhecer da primeira noite, em solo de Santo Antônio, o comandante Matos Costa considerou ser perigoso mantê-las ali e, as mandaram embora, foram enxotadas do lugar, tendo que se deslocar pela mata em direção ao vilarejo de Santo Antônio. Estavam livres e agora viram selados de modo definitivo suas vidas e condenadas à sobrevivência na selva, na vila de Santo Antônio e na proximidade de Porto Velho:

Iniciaram uma caminhada sem destino, sem um vintém no bolso, malvestidas, descalças, enfraquecidas pelos maus tratos recebidos em viagem, com a má fama de desordeiras, devassas, dentre outros pejo- rativos que o governo conseguira ampliar sobremaneira com relação aos degredados em geral. (Silva, 2001, p.80).

Silva (2001, p.82) discorre ainda em sua obra a partir do relato do soldado Baía pertencente a linha telegráfica, o espanto dos homens em Santo Antônio ao ver essas moribundas mulheres sem a proteção policial e entregues à própria sorte. Nesse dia, 4 de fevereiro de 1911, um sábado, as condições estavam propícias à bebedeira e a promiscuidade se efetivou:

... os ferroviários haviam recebido seus salários e, como acontecia naqueles dias da semana, ficaram livres para cumprir ou não tarefas não essenciais, ficando apenas um reduzido número de homens no trabalho da ferrovia. Os outros procuravam Santo Antônio para esvaziarem as botijas de bebidas alcoólicas.

Segundo esse autor, mil homens vagabundeavam naquele dia acompanhados de poucas mulheres de vida mundana. Na compreensão de Silva, as mulheres do Navio Satélite sentiram-se valorizadas e aproveitaram para alimentar-se e dar vazão a promiscuidade. Outros muitos homens iriam se somar aos que ali já estavam durante todo dia e noite até dia seguinte. Osvaldo Cruz (1910) descreve a população de Santo Antônio em duas mil pessoas, indo a cerca de três mil por ocasião da descida dos batelões com a borracha. Diante desse cenário de homens celibatários vindos dos seringais, da ferrovia e moradores de Santo Antônio, as mulheres do Navio Satélite não tiveram trégua no assédio e desventura dos ímpios sexuais de uma população masculina em número muito superior ao que o lugar normalmente possuía de mulheres que habitavam aquele lugar para atender as demandas sexuais desses homens.

É preciso somar a essa condição absurdamente desigual ao fato de as mulheres do Navio Satélite estarem em condição de indefesas, sem teto, sem identidade pessoal, abandonadas. Depositar a essas mulheres, nessas condições, o desejo, a ambição ao trabalho da prostituição é apequenar de modo misógino a uma interpretação rasteira da barbárie de responsabilidade última ao comando primeiro de sua condenação, presidente Marechal Hermes da Fonseca. O consentimento à entrega de seu corpo inexistiu:

O resto do dia foi gasto em farra promíscua, onde o desejo carnal parecia aumentar com a chegada de novos ferroviários. Os encantos femininos provocaram a libido de tal forma que os retardatários

nem conseguiram ver as mulheres que, lá pelas tantas, sumiram sendo levadas para os locais mais apropriados àquele festim licencioso e orgástico. Verdadeiramente, alguns daqueles homens, meio embriagados, se quer importavam-se com o estado físico daquelas infelizes e tocavam o desfruir seguidamente até que, pela fragilidade das improvisadas portas que serviam de resguardo, algum outro companheiro viesse reclama a sua vez... (Silva, 2001, p. 83-84).

Vemos nessa descrição que a mulher é responsabilizada por essa investida desregrada e violenta dos homens; são os encantos femininos que provocam a libido, o que de modo imediato garante ao homem a permissão e posse sobre a mulher. Esse lugar de fala do homem, distancia a humanidade da mulher, inserindo-a em contexto de outra natureza, o contexto objetual que sua forma e encanto serve ao uso de quem pode se apropriar – o homem. As mulheres do Navio Satéllite não puderam, nas circunstâncias perversas em que foram inseridas, proteger-se e defender-se. É possível até conjecturar que, algumas mulheres nas primeiras horas pudessem crer alguma forma de controle para aproveitar-se dos assédios e poder beneficiar-se financeiramente; contudo o cenário aponta para repetição e uso de seus corpos de modo ininterrupto até dias seguintes, onde se revelaria a morte de quatro mulheres no Navio Satéllite:

O velho Baía contava que, ainda no mês de fevereiro, morreram de fraqueza, dado aos repuxos sofridos naqueles primeiros dias, quando chegaram esgotadas, saídas dos porões do navio Satéllite, nada menos que quatro mulheres: Alice, Corina, Elisa e Idalina. (Silva, 2001, p. 85).

Mais uma vez, Silva, do relato do soldado Baía, homem, que esteve e viveu o cenário descrito, não implica todos os homens que desde a condenação das mulheres pelo presidente Marechal Hermes, à chegada em Santo Antônio e os mais de mil homens que galantearam, abusaram e violentaram essas mulheres. Que encurraladas não tiveram escolha, foram eles, os homens, os verdadeiros responsáveis por essas mortes conhecidas de Alice, Corina, Elisa e Idalina. E as outras? Estavam direcionadas a que destino?

Bouzas (1950) fala da possibilidade de que elas pudessem se tornar esposas e firmarem-se através da consolidação de uma família, onde era escasso mulheres para o fluxo de homens que transitavam nessas paragens amazônicas. Bouzas, em seu testemunho com a chegada das mulheres, no Navio Satéllite, discorre:

A ordem era que apenas uma daquelas mulheres pudesse ser levada, uma casa de família, mas apenas cinco ou seis donas de casa se

candidataram e o resultado foi deixar aquelas infelizes mulheres à própria sorte. (BOUZAS, 1950, p.56)

Silva (2001, p. 71) identifica que era prática corrente nessa região até a década de cinquenta, formas contratuais entre seringueiros e mulheres no exercício da extração do látex no seringal, somado aos serviços domésticos e de companhia. Encerrado o contrato, dividiam o que conquistaram e partiam ou não para outro contrato:

...faziam com as mulheres uma espécie de “contrato de safra” e, que consistia em levá-las com eles no período da extração do látex, para as regiões onde ficavam suas “estradas de seringa”, tê-las como companheiras ocupadas com os serviços domésticos, inclusive prepara o “boião” para a defumação da borracha e, também, dormirem juntos... No Final da safra repartiam o saldo, quando havia, e cada um ia para o seu lado ou, se resolvessem, permaneciam juntos por outras safras.

Difícilmente podemos comprovar, dessas quarenta e quatro mulheres do Navio Satéllite, quantas ou quais puderam estabelecer suas vidas nessas direções.

Outro aspecto a ser considerado quanto ao destino das mulheres do Navio Satéllite, degredadas da capital da República a Santo Antônio, é, se elas não teriam tido como propósito compulsório do governo de Hermes da Fonseca, além do saneamento exercido na Capital da República, de também ‘alimentar’ a reposição e reforço das fileiras da prostituição em Santo Antônio, onde conhecidamente suas contemporâneas de profissional do sexo naquela região estavam em quantidade pequena frente ao quantitativo de homens vindos de diferentes seringais, ferroviários. Soma-se além do diminuto quantitativo de mulheres, a condição de muitas dessas serem decrepitas por reconhecidas doenças e a falta de assistência as impediriam de trabalharem. Essa hipótese se ampara no direcionamento de dezenove mulheres desterradas das quarenta e quatro com o propósito de ficarem em Santo Antônio.

Silva (2010, p.30), em um levantamento dos processos criminais envolvendo alguns dos desterrados de 1910 no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia – CDH-TJRO, fortalece a compreensão de que algumas das mulheres execradas para Santo Antônio permanecem atuando com a função responsável por seu degredo, a prostituição:

Nos processos que coligi, após compará-los com a listagem de prisioneiros do Relatório de Viagem do navio Satéllite, encontrei principalmente acusações que remetiam para o envolvimento de

mulheres com a prostituição. Este fato reforça a hipótese preliminar de um olhar mais vigilante em torno dessas pessoas, que carregavam além da mácula do desterro, o signo de já serem prostitutas enxotadas da capital da República.

Silva (2010, p.290), em sua tese, relata uma mulher de nome Delphina presa em 1013 no acampamento da Estrada de Ferro Madeira Mamoré na vila de Presidente Marques (Abunã) e que, segundo relato de um cidadão de nome José Avelino, a mesma era “uma deportada procedente de Manaus”. Para Silva, Delphina “foi embarcada no Rio de Janeiro, mas como a última parada do Satéllite antes de chegar a Santo Antônio fora em Manaus, isso explica tal afirmação dada pela testemunha”. A afirmação de Silva considera que Delphina teria então sido entregue ao porto de Manaus, o que contraria as informações dos autores anteriores que apontam que as quarenta e quatro vieram diretamente para Santo Antônio. De todo modo, a mulher Delphina “carregava atrelado à sua pessoa: a de desterrada e de prostituta expulsa do Rio de Janeiro” (SILVA, 2010, p.294).

Lima (2012b) retrata em seu artigo uma dessas mulheres do Navio Satéllite de nome Maria Alice da Paz, “era uma bela negra carioca, com quase dois metros de altura e um corpo escultural. Capoeirista, frequentadora dos bares e cabarés da Lapa, nos quais era conhecida e respeitada”. Muito conhecida em Porto Velho como Maria Tuncadeira, referência a uma grande formiga preta, de cintura fina, de bunda avantajada. Além dos atributos físicos, era também reconhecida como uma mulher valente, da boemia e integrante do terreiro de candomblé da mãe-de-santo Rita Esperança.

Silva (2001, p. 08), quando servia o exército em Porto Velho, no ano de 1960, quarenta e nove anos depois da chegada do Navio Satéllite, diz ter conhecido um casal de idosos, ele de codinome Mineirinho e ela Maria que vivem juntos desde 1911, quando teriam chegado a Porto Velho. O casal não se identificava em relação marital, mas como companheiros. Informaram que vieram em “um porão de navio onde foram muito maltratados e também que alguns de seus amigos haviam sido fuzilados”. Perguntados se era o Navio Satéllite, afirmaram que sim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santo Antônio do Madeira não se desvencilhou da fama de um lugar insalubre onde a doença e a morte são presenças constantes, com uma população itinerante de aventureiros advindos das proximidades e de outros locais do mundo,

identificada também como lugar de negociantes onde o álcool esteve como companhia frequente de quem ali estava, além da garantia à diversão com prostitutas. Esse é o palco onde as quarenta e quatro mulheres, condenadas ao desterro pelo Governo Federal, chegaram em fevereiro de 1911 para não mais retornarem aos braços de sua família e origem na capital da República.

As testemunhas presenciais dessa trágica desventura da justiça no Brasil em 1911 em Santo Antônio do Madeira estão todos mortos. As quarenta e quatro mulheres expatriadas e lançadas à morte simbólica, de identidade, de brasileiras estão mortas. É preciso resgatá-las, libertá-las de serem compreendidas como as PROSTITUTAS DO NAVIO SATÉLLITE e referenciá-las como as mulheres vítimas da tirania, arbitrariedade e preconceito do presidente da República Hermes da Fonseca. Essa compreensão diante de tudo o quanto se passou na vida dessas mulheres se soma a indignação do Senador da República quando, em sessão de 15 de dezembro de 1914, em carta dirigida ao ex Capitão Tenente Inácio do Amaral, se refere aos crimes referentes aos detentos do Navio Satélite:

Não há somente crimes de ação, há também crimes de omissão. O Governo que, por contemplação ou outros sentimentos inconfessáveis, deixe de mandar responsabilizar os seus subalternos quando responsáveis por atos que a lei qualifica de viciosos, prevarica, nos termos do Código Penal comum, e nos temos da lei de responsabilidade do Presidente da República e dos seus ministros. (RUI BARBOSA, TOMO III, 1914, p. 63)

Provavelmente, por diferentes contextos, situações, para ressignificarem suas vidas, sobreviver, reinventar-se, deslocar-se do estigma de prostitutas desterradas com a chegada do Navio Satélite, muitas dessas mulheres precisaram de uma nova identidade. Podendo construir ou tentar construir com outro nome o total distanciamento do trágico início de suas vidas ao chegarem em Santo Antônio do Madeira naquele 03 fevereiro de 1911.

Reconhecemos⁷ Abigail da Silva, Alice Maria do Nascimento Manaus, Alice Palmyra Varcál, Alice Roxa Duarte, Alzira Maria da Conceição, Ângela da Conceição, Benvinda Alves dos Santos, Cândida Anna Soares, Carmen de Almeida, Carmen Maria da Glória, Catharina, Celestina de Farias, Corina de Almeida, Corina Maria da Conceição, Cypriana dos Santos, Delphina Rodrigues da Silva, Deolinda de Moura,

⁷ Relação das mulheres deportadas no Navio Satélite - STORRY, Carlos Brandão. Relatório de viagem do comandante do Lloyd Brasileiro Satélite, de 05/03/1911. Biblioteca Rui Barbosa, Coleção Carlos Brandão Storry. FCRB.

Elisa dos Santos, Elvira dos Santos, Emília Francisca, Ephigenia Ferreira de Souza, Esperança Ferreira da Silva, Felícia Maria das Dores, Fortunata Maria da Conceição, Idalina dos Santos, Izabel Maria da Conceição, Joaquina Angélica de Paiva, Joaquina de Almeida, Julia Maria das Dores, Juracy Ventura Guedes, Maria Baptista, Maria da Conceição, Maria da Silva Conceição, Maria Eugenia, Maria Ignacia, Mariana Victória de Azevedo, Odeth Menezes de Souza, Olympia Ferreira Dias, Philomena Maria da Conceição, Rita do Cristo Rangel Sebastiana, Joaquina de Matos, Sebastiana Vitória Maria de Jesus, Stella da Cruz Amaral e Vitória Maria de Lurdes como mulheres brasileiras e, que se estabelecem como sobreviventes e pioneiras destemidas na formação do povo do que, hoje, é a cidade de Porto Velho.

REFERÊNCIAS

- BOUZAS, Benigno Cortizo. **Del Amazonas al infinito**. Recife: Diário da Manhã S.A, 1950.
- CANTANHEDE, Antônio. **Achegas para a história de Porto Velho**. Manaus (AM): Seção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950.
- STORRY, Carlos Brandão. Relatório de viagem do comandante do Lloyd Brasileiro Satélite, de 05/03/1911, com 22 folhas. Biblioteca Rui Barbosa, Coleção Carlos Brandão Storry. FCRB. CRUZ, Oswaldo. Madeira Mamoré Railway Company.
- Considerações Gerais sobre as condições do Rio Madeira. Rio de Janeiro, Papelaria Americana. 1910. In: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO, Afrânio. **Sobre o Saneamento da Amazônia**. Manaus: Philippe Daou: 1972.
- O CORREIO DA MANHÃ – Foto Navio Satélite. ANNO X – Nº3581, 08 DE MAIO DE 1911.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. Railway construction in Brazil: The Daily Graphic e as primeiras imagens da povoação de Santo Antonio do Rio Madeira (Rondônia). In: **Fragmentos de história da Amazônia**: artigos publicados na Revista Eletrônica Gente de Opinião (2015-2020) TOMO I. 1ª ed. Porto Velho, RO: Nova Rondoniana, 2025.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. Porto Velho modernidade e planejamento uma história mitificada. In: **GENTE DE OPINIÃO**. Segunda-feira, 13 de novembro de 2017

<https://www.gentedeopinio.com.br/colunista/dante-fonseca/porto-velho-modernidade-e-planejamento-uma-historia-mitificada-por-dante-ribeiro-da-fonseca>

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005.

LIMA, Abnael Machado de. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – 30 de Abril de 2012 – Cem Anos de sua Conclusão. In: **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: História, Prosa e Verso**. Prefeitura de Porto Velho. Fundação Cultural Iaripuna. Instituto de Pesquisa e Estudos Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro. Memorial Jorge Teixeira. Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Porto Velho, 2012a. LIMA,

Abnael Machado de. A TUCANDEIRA. In: **GENTE DE OPINIÃO**. 20/11/2012b. <<http://www.gentedeopinio.com/noticia/a-tucandeira/104694>>

RANGEL, Alberto. **Inferno verde (scenas e cenários do Amazonas)**. 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telégraphos e a Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra. 1º Volume, Estudos e reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1909.

RUI BARBOSA. **Anais do Senado** – Obras Completas, vol. XXXVIII, TOMO I,

1911. RUI BARBOSA. **Anais do Senado** – Obras Completas, vol. XLI, TOMOIII,

1914. SILVA, Amizael Gomes da. **Da chibata ao inferno**. Porto Velho/RO:

EDUFRO, 2001. SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a “pátria dos proscritos”:**

prisões e destierros

para as regiões do Acre em 1904 e 1910. 2010. 363 f. Tese. (Doutorado em HISTÓRIA)- Universidade Federal do Paraná, 2010. MORAES, Raymundo. **Na**

Planície Amazonica. 4ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979